

## A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DE “VARGAS” A “LULA”

Maria Izabel da SILVA\*

- **RESUMO:** Este artigo tem por objetivo resgatar a construção histórica do processo de organização política do Serviço Social no Brasil, desde seu surgimento na “Era Vargas”, junto ao Bloco Católico, sob influência européia, através da Igreja e do tecnicismo norte-americano. A profissão estava fortemente vinculada às classes dominantes, considerando, portanto, que sua organização política era insipiente e inoperante, contribuindo assim para a lógica da produção e reprodução do capital. Este cenário permanece inalterado até o marco de 1979, o III CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em São Paulo, conhecido como o “congresso da virada”, quando a categoria passa a se colocar numa outra perspectiva, como demonstração de resistência à ditadura militar instaurada no Brasil pelo grande capital em 1964, culminando na ruptura com o conservadorismo. Destaque para a elaboração do novo currículo acadêmico, em 1982, cujo foco central é a categoria trabalho, possibilitando então a vinculação desses profissionais com a classe trabalhadora, considerando ainda, a estreita relação da categoria com o PT. Após a Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, cumpre ressaltar como marco histórico a elaboração do projeto ético-político, isto é, o Código de Ética de 1993, que regulamenta o exercício profissional e as Diretrizes Curriculares para a formação acadêmica, que se mostra incompatível com o governo federal do PT no período pós 2003.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social; Organização Política; Projeto Ético-Político; PT.

### Introdução

Inicialmente é importante ressaltar que para apreender o processo de organização política do Serviço Social no Brasil, é fundamental resgatar a respectiva contextualização histórica na qual a profissão surgiu e se consolidou ao longo de sua trajetória. Para tanto, torna-se imprescindível considerar a dinâmica social moderna em sua complexidade, contemplando um conjunto de

---

\* Graduada e Mestre em Serviço Social – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC – Brasil, é pesquisadora do Núcleo de Estudos do Trabalho e Gênero – NETeG – UFSC e Prof<sup>a</sup> do Curso de Serviço Social da UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina, em Tubarão-SC. E-mail: cruzeirobel@hotmail.com.

mediações que se articulam a partir da pluralidade de interesses privados e forças múltiplas que se contrapõem.

Neste sentido, é igualmente importante destacar que este artigo busca resgatar a construção histórica do processo de organização política da categoria profissional no Brasil, desde seu surgimento na “Era Vargas” junto ao Bloco Católico, sofrendo influência européia através da Igreja e do tecnicismo norte-americano. Posteriormente reage a estas influências, a partir de 1965, com os Seminários do CBCISS, dando início ao movimento de reconceituação.

Podemos considerar que até então a organização política da categoria foi insipiente e inoperante, estando fortemente vinculada às classes dominantes, tendo como marco o CBAS da “Virada”, em 1979, que culmina na ruptura com o conservadorismo. Em 1982 temos a elaboração do novo currículo acadêmico e em 1996 as novas Matrizes Curriculares, fortemente ancoradas na defesa dos direitos sociais preconizados pela Constituição Federal de 1988, a “Constituição Cidadã”, que culminou na elaboração do projeto ético-político, isto é, o Código de Ética de 1993, que regulamenta o exercício profissional e as Diretrizes Curriculares para a formação acadêmica.

Cumpramos ressaltar, ainda, a estreita relação dos avanços da categoria e o PT nos anos 80 e 90, embasado nas afinidades e “bandeiras de luta” em comuns, num contexto de redemocratização do país, depois de 20 anos de ditadura militar instaurada em 1964. Entretanto, após assumir o governo federal em 2002, o PT sob a administração do “Lula”, adota políticas neoliberais, dando prosseguimento às reformas neoliberais iniciadas no governo anterior, além das constantes situações de corrupção, quebra de decoro, compra e venda de votos na Câmara e Senado Federal, que marcam seu governo, contrariando totalmente o seu discurso e suas promessas feitas em campanha eleitoral, que eram pautados na ética, transparência e a defesa dos interesses da população, para as quais foi eleito maciçamente pela grande maioria dos eleitores.

Em suma, o que era visto como uma possibilidade de governo diferente dos anteriores, voltados aos reais interesses e necessidades da população, evidenciou-se em puro continuísmo e demagogia, por conseqüência, causando decepção, descrédito e despolitização dos brasileiros.

Este atual contexto impõe à categoria do Serviço Social o desafio de repensar a sua relação com o PT, em virtude da incompatibilidade entre ambos os projetos, tendo em vista os preceitos assumidos pela categoria, conforme preconiza o seu projeto ético-político, isto é, o Código de ética do Assistente Social de 1993. Ressaltando que o desafio maior é avançar na consolidação e implementação do projeto profissional, inscrevendo seus princípios no seu cotidiano de trabalho.

## **1. O surgimento do Serviço Social no Brasil e o Bloco Católico**

O Serviço Social no Brasil surge na década de 1930, na chamada “Era Getúlio Vargas”, vinculado a Igreja Católica, pautado no caráter missionário e da caridade, tendo como marco inicial a criação em 1936 da Escola de Serviço Social de São Paulo, com intuito de formar as “moças da sociedade” devotadas ao apostolado social, norteado inicialmente pelo referencial teórico europeu.

Neste contexto, Iamamoto (1985) ressalta a reorganização do bloco católico, criando as bases para o surgimento dessa profissão, sob forte influência do modelo europeu (autoritário, doutrinário), entretanto esse fenômeno não pode ser relacionado apenas ao caráter transnacional da Igreja Católica.

É igualmente importante esclarecer, segundo a autora, que o Serviço Social, tanto europeu quanto o brasileiro, surge como ramificação de movimentos sociais complexos, com uma base social de classe na qual o autoritarismo e o paternalismo têm um respaldo histórico e social. Desta forma, a transposição e reelaboração dos referidos modelos no Brasil foi condicionada à existência de uma base social que pudesse assimilá-los, com uma ideologia e interesses de classe semelhantes.

Salientando que os núcleos pioneiros do Serviço Social tiveram sua base social determinada pelo Bloco Católico e emergiram como ramificações da Ação Católica e da Ação Social. Esse corpo profissional se caracterizava, sobretudo, por mulheres provenientes de famílias abastadas, expressando a sua visão de mundo a partir das classes dominantes, que lhes conferia uma superioridade natural em relação à população assistida, legitimando sua intervenção paternalista e autoritária.

Nesta perspectiva, ainda segundo a autora, este perfil profissional é evidenciado na formação na Escola de Serviço Social de São Paulo que define como critério para matrículas:

- Ter 18 anos completos e menos de 40;
- Comprovação de conclusão de curso secundário;
- Apresentação de referências de 3 pessoas idôneas;
- Submeter-se a exame médico (IAMAMOTO, 1985, p. 228).

Destacando, ainda, a valorização de outros critérios, a exemplo da boa saúde e ausência de defeitos físicos, além das condições do meio familiar, revelando as qualidades morais do pretendente. Nas palavras da autora:

Teoriza-se assim no sentido da seleção e preparação de uma pequena elite virtuosa, escolhida em meio à boa sociedade, e que vê por missão redimir os elementos decaídos do quadro social. [...] a formação do Assistente Social se dividiria, geralmente em quatro aspectos principais: científica, técnica, moral e doutrinária (IAMAMOTO, 1985, p.228-9).

Neste cenário inicial, o Serviço Social configura-se como prolongamento da Ação Social, veículo de doutrinação e propaganda do pensamento da Igreja Católica. Trata-se de intervenção com ações educativas de cunho moralista, ressaltando a ação ideológica de ajustamento às relações sociais vigentes. Evidencia-se a visão moral dos fenômenos sociais com a naturalização do capitalismo, na qual a Igreja criticava os excessos desse sistema e não sua essência (modo produção), atribuindo ao indivíduo responsabilidade sobre as suas mazelas, sendo fundamental a intervenção do Assistente Social quanto ao ajustamento do sujeito ao meio, o qual era visto como “problema” desajustado às estruturas existentes. Destaca-se também a necessidade de reeducar a família para a sociedade industrial que emergia e recrutava as mulheres e seus filhos para o trabalho. Segundo Iamamoto (1985, p.238) “o julgamento moral tem por base o *esquecimento das bases materiais* das relações sociais”.

Ressaltamos, ainda, que o Serviço Social não nasce da evolução da filantropia, conforme se pensava na época da criação

da profissão. Salientando que essa idéia marcou a formação profissional desde seu surgimento, perpassando pelo movimento de reconceituação até o processo de ruptura. Afirma Iamamoto (1985, p. 77) “O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o *desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana*”, e ressalta ainda que “É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado”.

Nessa perspectiva, esclarece Netto (2005, p.69) “é somente na intercorrência do conjunto de processos econômicos, sócio-políticos e teórico-culturais [...] que se instaura o espaço histórico-social que possibilita a emergência do Serviço Social como profissão” e complementa referindo-se em termos histórico-universais “A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica” (p. 74).

## **2. O Serviço Social no período desenvolvimentista**

A influência norte-americana no ensino especializado brasileiro teve como marco o Congresso Interamericano de Serviço Social realizado em 1941, em Atlantic City – USA, segundo Iamamoto (1985, p. 234), que esclarece ainda:

A partir desse evento se amarram os laços que irão relacionar estreitamente as principais escolas de Serviço Social brasileiras com as grandes instituições e escolas norte-americanas e os programas continentais de bem-estar social (p. 234).

É importante recordar o respectivo contexto histórico brasileiro, a partir da tomada de poder com o golpe militar de Getúlio Vargas em 1930. Segundo Iamamoto (1985, p. 243)

a violência que caracterizava o Estado Novo, a tentativa de superação da luta de classes através da repressão e tortura, não podem esconder a outra

face de sua postura, que se traduz na influência de sua política de massas.

Nesta perspectiva, segundo Silva (2006), a estrutura corporativa do Estado Novo, visando sua legitimação, incorpora de alguma forma reivindicações populares, o qual institui direitos trabalhistas pelo viés corporativo, com claro intuito de controlar a classe trabalhadora. Ressaltando, que ainda hoje se percebe a herança cultural da era Vargasista (1930 a 1945). Vargas, conhecido como “pai dos pobres”, governou o país de forma ditatorial e populista, reconheceu a questão social (até então tratada como caso de polícia) como estratégia de controle social e ideológico, criou o Ministério do Trabalho para controlar os sindicatos vinculados ao Estado, conhecidos como “sindicato pelego”. Neste governo se consolida a idéia do favor do Estado protetor, paternalista, que ainda hoje permanece no ideário popular brasileiro e norteia as relações sociais estabelecidas, reforçando a idéia de submissão da população ao Estado.

Neste período, afirma Yamamoto (1985, p. 244):

A noção fetichizada dos direitos, cerne da política de massas do varguismo e da ideologia da outorga, tem por efeito obscurecer para a classe operária, impedi-la de perceber a outra face da legislação social, o fato de que representa um elo a mais na cadeia que acorrenta o trabalho ao capital, legitimando sua dominação.

No que se refere à organização da categoria, ressaltamos já na década de 1930, a criação do Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS, através do Decreto-lei n. 1/7/1938, sob a vigência do Estado Novo, “com as funções de órgão consultivo do governo e das entidades privadas, e de estudar os problemas do Serviço Social” (idem, p. 256). Entretanto, segundo a autora, sua ação efetiva foi muito restrita e “caracterizou-se mais pela manipulação de verbas e subvenções, como mecanismo de clientelismo político” (ibidem).

Neste cenário, segundo a autora, há uma expansão e aumento quantitativo (e não qualitativo) da atuação do Serviço Social, em virtude do surgimento de grandes instituições nacionais de assistência social, a exemplo da Legião Brasileira de Assistência

– LBA (Decreto-lei nº 4830 de 15/10/1942), e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (Decreto-lei nº 4048 de 22/02/1942), criado no limiar de um novo ciclo de expansão capitalista, enquanto instituição social destinada a possibilitar a adequação da força de trabalho às necessidades do sistema industrial vigente, a partir de dois aspectos principais: “o atendimento objetivo ao mercado de trabalho, no sentido de suprir de trabalhadores portadores das qualificações técnicas necessárias” além da “produção de uma força de trabalho ajustada psicossocialmente (ideologicamente) ao estágio de desenvolvimento capitalista” (*ibid*, p. 271).

Desta forma, as práticas sociais desenvolvidas pelos técnicos educadores cooptados pelo SENAI, inclusive o Assistente Social, atuam para a “suavização dos aspectos contraditórios (antagônicos) desse ajustamento, reforçando, objetivamente, a dominação de classe” (p. 272). Neste sentido, ainda segundo Yamamoto “além das transformações na retórica do discurso oficial do Serviço Social, solidifica-se uma adesão ao capitalismo em sua etapa de aprofundamento industrial urbano” (*idem*, p. 273).

Na década de 1950, abre-se campo para o Serviço Social, com o surgimento das grandes indústrias, acrescido as grandes instituições assistenciais mencionadas anteriormente, que requerem maior sistematização técnica e teórica de suas funções. A categoria profissional sobre forte influência norte-americana, evidenciada através da psicologização, atua atendendo aos considerados desajustados psicossociais, que deveriam, pois, ser “ajustados” ao meio, além de atuar no Desenvolvimento de Comunidade, com a educação para adultos, demonstrando, assim, a expansão da profissão aliada a ideologia desenvolvimentista.

Quanto à trajetória histórica do Serviço Social, segundo Netto (1998, p. 117), considera que “até o final da década de sessenta, e entrando pelos anos setenta inclusive, no discurso e na ação governamental há um claro componente de validação e reforço do que [...] caracterizamos como Serviço Social “tradicional”. O referido autor considera como Serviço Social tradicional:

a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais, parametrada por uma ética liberal-burguesa e cuja teleologia consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais

considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável (NETTO, 1998, p. 117-8).

### **3. O Serviço Social no período pós-1964**

No início da década de 1960, sob o governo populista de João Goulart, o “Jango”, tivemos políticas desenvolvimentistas, propondo as reformas de base, num contexto tenso de crise do populismo e a efervescência de movimentos sociais e sindicatos, que culminou no golpe militar de 1964. Segundo Yamamoto (1985), neste rápido governo o Serviço Social tem uma maior participação na formulação das políticas e planejamento, tendo o status da profissão redefinido nas equipes interdisciplinares.

Quanto a organização da categoria, segundo Netto (1998, p.164), a perspectiva modernizadora constitui a primeira expressão do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, que emerge a partir do encontro de Porto Alegre em 1965. Entretanto, teve como marco e encontra sua formulação firmada nos resultados do 1º “Seminário de Teorização do Serviço Social de Araxá (MG)”, promovido pelo CBCISS entre 19 e 26/março/1967, e se desdobra num segundo evento da mesma série e também patrocinado pelo CBCISS, entre 10 e 17/janeiro/1970 em Teresópolis (RJ), que culminaram nos documentos de Araxá e Teresópolis, respectivamente.

Para o autor, o Documento de Araxá é “um texto orgânico expressando sistematicamente o que emergiu de consensual entre seus formuladores” (p. 177). Quanto as formulações constitutivas do Documento de Teresópolis, afirma: “possuem um tríplice significado no processo de renovação do Serviço Social no Brasil: apontam para a requalificação do assistente social, definem nitidamente o perfil sociotécnico da profissão e a inscrevem conclusivamente no circuito da “modernização conservadora” (p. 192).

Neste contexto, segundo Yamamoto (1998), evidencia-se o confronto do Serviço Social tradicional X vertente modernizadora da profissão, que questiona a própria legitimidade da demanda e os compromissos políticos subjacentes ao exercício profissional,

considerando a tentativa de formulação de uma estratégia teórico-prática a serviço do fortalecimento do processo organizado dos setores populares.

Simionatto (2004) destaca como marco dos anos 60, o Movimento de Reconceituação, que emergiu em 1965, com vistas a discutir os referenciais teóricos e a prática profissional até então norteadas pelas matrizes norte-americanas. A autora citando Netto, refere-se a renovação da profissão no período pós-64, e aponta dois marcos da “intenção de ruptura” do Serviço Social: o Método de BH com teses maoístas e althusserianas e considera também a aproximação teórica com fontes originais de Marx.

A autora destaca ainda a obra de Faleiros “Trabajo Social, ideologia y método”, publicada durante seu exílio em Buenos Aires (1970), na qual denuncia o “Serviço Social Tradicional”, evidenciando a dimensão política da prática profissional e sua vinculação histórica ao capitalismo e aos interesses da classe dominante, além de denunciar também o seu inconsistente referencial teórico e sua ação prática: empirista, tecnicista e pragmática. E complementa “Faleiros pautado em Marx e Gramsci extrapola a academia, analisa a prática profissional no contexto da sociedade capitalista” (p. 187).

Cumprir salientar ainda, segundo Netto (1982, p. 148), o sincretismo teórico no Serviço Social denunciado no Movimento de Reconceituação, a partir de tendências críticas e renovadoras, quanto ao fato do Serviço Social até então estar pautado no saber das ciências sociais de extração positivista e pensamento conservador.

Em suma, podemos considerar que até aquele momento a organização política da categoria foi insipiente e inoperante, estando fortemente vinculada às classes dominantes, contribuindo assim para a lógica da produção e reprodução do capital.

Este cenário permanece inalterado até o marco de 1979, o III CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em São Paulo, ficou conhecido como o “congresso da virada”, quando a referida categoria profissional passa a se colocar em uma outra perspectiva, como demonstração de resistência à ditadura militar instaurada no Brasil pelo grande capital em 1964. Como consequência, tivemos em 1982, a elaboração do novo currículo acadêmico, tendo como foco central a categoria trabalho, possibilitando então a vinculação desses profissionais com a classe

trabalhadora. Entretanto, vale destacar que neste novo currículo permaneceu a fragilidade do instrumental técnico-operativo no exercício profissional.

Durante a década de 1980, segundo Netto (2004, p. 22), os embates no interior da organização da categoria estavam estreitamente vinculados aos esforços petistas para a consolidação do partido. O autor afirma que “também as iniciativas de renovação curricular, conduzidas pela então Abess, em grande medida sintonizavam-se com a movimentação social e política que tinha o PT como centro de uma pretensa *nova esquerda*” (idem). E conclui: “O saldo do período, todavia, é nitidamente positivo: sem esses caminhos e descaminhos, o Serviço Social brasileiro (em todos os domínios, da sua qualificação acadêmica à sua forte organização profissional) não teria se alçado ao nível onde hoje se encontra”. Salientando, ainda, que este período foi de expressivas transformações no Brasil, em função do fim da ditadura militar e do processo de transição para o sistema democrático, implicando grandes mobilizações populares e diversas manifestações da sociedade civil, culminando com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 05 de outubro de 1988, conhecida como a “Constituição Cidadã” e que representou um marco na história da justiça social do país.

Ao longo da década de 1990, segundo Netto (2004, p. 23), permanece a estreita relação entre os avanços profissionais e o PT, destacando a formulação do projeto ético-político da categoria, referindo-se ao Código de Ética do Assistente Social, a Lei n. 8.662 de 13/março/1993 que regulamenta o exercício profissional e as Diretrizes Curriculares para a formação acadêmica<sup>1</sup>. Para o autor, o que ocorreu a partir da década de 1990 “foi que os imperativos prático-políticos do projeto profissional tinham no PT – na sua ação oposicionista e na sua retórica – um aliado fundamental” (p. 23).

Posteriormente, com a vitória nas eleições presidenciais de 2002, tivemos a ascensão do PT à Presidência da República em

---

<sup>1</sup> Fortemente ancoradas na defesa dos direitos sociais preconizados pela referida Constituição Federal de 1988 e, regulamentada em outras legislações subseqüentes, entre elas a LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social (lei n. 8.742, de 07/dezembro/1993), o Estatuto da Criança e do Adolescente (lei n. 8.069, de 13/julho/1990) e a Política Nacional do Idoso (lei n. 8.842, de 04/janeiro/1994).

2003. Entretanto, segundo Netto (2004, p. 14) “Aquilo que era satanizado pela oposição petista é entronizado pelo governo petista”, tendo em vista a continuidade da política governamental de FHC, “o prosseguimento e o aprofundamento da macroorientação econômica herdada da era FHC” e os resultados “absolutamente medíocres” (p. 14-15). Trata-se da continuidade de implementação do projeto neoliberal, e citando Francisco de Oliveira que afirma tratar-se de “um terceiro mandato de FHC” (NETTO, 2004, p.17).

Neste prisma, é igualmente importante ressaltar, segundo Silva (2007, p.42), que a partir do Consenso de Washington, delineia-se as diretrizes dos organismos internacionais Banco Mundial – BM, Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Interamericano – BID e Organização Mundial do Comércio – OMC, sobretudo, para os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, cuja orientação está centrada, em especial, na reforma do Estado, isto é, a contra-reforma do Estado, ao qual é atribuída grande parte da crise estrutural do capital, eclodida no final da década de 1970 e que teve como respostas: o projeto neoliberal e a reestruturação produtiva flexível. Nesta perspectiva, afirma Netto (2004, p. 13):

... o governo de Luiz Inácio Lula da Silva assume a prática “neoliberal” que combateu frontalmente durante a era de FHC – como o comprovam, sobejamente, as relações com o FMI e a condução da contra-reforma do Estado. [...] o governo capitaneado pelo PT excede as exigências daquela agência do grande capital, por exemplo acrescentando o percentual do superávit primário; [...] o indecoroso prosseguimento da reforma previdenciária chegou a um limite a que não se alçou o governo FHC – e ainda não veio à tona a magnitude das alterações que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva pretende imprimir às legislações trabalhista e sindical: pode-se esperar para ver, mas tudo indica que, também aqui, o “espírito” ideológico que inspirou o Consenso de Washington será rigorosamente desposado.

Sob a égide da barbárie neoliberal, segundo Silva (2007), seguindo as referidas diretrizes que são implementadas pelos

governos neoliberais, inclusive o atual<sup>2</sup>, a partir da reestruturação produtiva, com a privatização, o enxugamento do Estado, a política fiscal e monetária sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, citados anteriormente, o desmonte dos direitos trabalhistas, o combate acirrado ao sindicalismo de esquerda, a propagação do subjetivismo e individualismo que a cultura “pós-moderna” é expressão. Isso tem profundas mutações no mundo do trabalho, isto é, o crescente desemprego estrutural, o subemprego, a precarização das condições de trabalho, a flexibilização e desregulamentação das leis trabalhistas, contraditoriamente ao discurso e promessas feitas durante a campanha eleitoral, quanto a valorização e especial atenção com os trabalhadores brasileiros.

Nesta perspectiva, é igualmente importante ressaltar a questão da ética, ou melhor dizendo, a falta de ética do governo PT, segundo Antunes e Netto (2005), que afirmam que o governo federal do PT “Lula”, está dominado pela burguesia de forma “prussiana”, da qual tornou-se refém e servil ao grande capital internacional. O governo de Lula, chamado de “artífice”, seria o terceiro mandato do “príncipe” Fernando H. Cardoso, cuja governabilidade se dá, após traição aos trabalhadores, aqueles os quais defendia no passado, através de compras a altos preços no parlamento e a acordos “inescrupulosos”, antes inaceitáveis e inadmissíveis pelo próprio partido. Como consequência dá-se o agravamento do processo de despolitização da população

---

<sup>2</sup> Governo petista Luis Inácio Lula da Silva, antes de esquerda, foi eleito com o apoio maciço dos trabalhadores, a quem no passado representava enquanto sindicalista, se comprometendo em campanha eleitoral a defender seus interesses, todavia no decorrer de sua 1ª gestão (2003-2006), reforçou e deu continuidade a política neoconservadora do governo anterior Fernando Henrique Cardoso, revelando-se puro continuísmo, sobretudo quanto a implementação das reformas neoliberais, tendo reflexo perverso no país, em vários âmbitos. Referindo-se ao governo de Lula, afirma Antunes (2006, p. 49) “Na ponta de cima, atendeu de modo impressionante aos interesses dos grandes bancos, que lucraram muito mais do que no governo FHC. E, na ponta de baixo, em relação aos miseráveis, fez uma política assistencialista vergonhosa para a esquerda, mas que rende votos”, acrescentando “O governo do PT é um servo que realiza com presteza as imposições do Fundo” (idem, p. 40). E adverte “o governo Lula [...] tornou-se uma espécie de paladino do neoliberalismo” (*ibid*, p. 46), concluindo “Lula não é um dos seus, mas faz o que querem: é o servo ideal” (*ibid*, p. 50).

brasileira, movido pela decepção, descrédito e total desesperança<sup>3</sup>. Referindo-se a trajetória histórica do PT, afirma Antunes (2006, p. 45) “...o PT chegou, ao final de 26 anos de sua história, como um partido tradicional. É uma espécie de PMDB do século XXI – versão, eu diria, até piorada, se analisarmos as alianças que o PT fez nos últimos anos, que evidenciam sua completa falta de escrúpulos e de limite”.

Diante do exposto, segundo Netto, o atual cenário nacional do governo petista põe à prova a categoria profissional, especificamente quanto a “*autonomia política para conduzir o denominado projeto ético-político que construíram para a profissão nos anos 1980 e 1990*”.

Neste sentido, esclarece:

A continuidade desta relação explica-se por uma razão elementar: a substancialidade do projeto ético-político – cuja necessária derivação prático-programática redundava, para dizê-lo em termos sintéticos, na defesa de políticas sociais de caráter estatal e universal, garantidoras e ampliadoras de direitos de cidadania – encontrava (ainda que não exclusivamente) no PT um parceiro e suporte insubstituível” (NETTO, 2004, p. 23).

Desta forma, implica em “compreender o que está envolvido nesta prova supõe retomar componentes histórico-políticos muito expressivos da gênese e do desenvolvimento desse projeto” (idem, p. 22). Nesta perspectiva, entendemos que se trata de um momento importante de reflexão para a organização política da categoria, pressupondo um amplo debate coletivo, envolvendo o confronto de idéias e posições distintas, reiterando os pressupostos democráticos que culminaram no projeto ético-político, isto é, o Código de Ética do Serviço Social de 1993, que norteia a formação acadêmica e sua intervenção profissional, comprometida com os valores éticos fundamentais: liberdade, equidade e justiça social,

---

<sup>3</sup> Debate proferido pelos professores Dr. Ricardo Antunes e Dr. José Paulo Netto, coordenado pelo professor Fernando Ponte – CFH/UFSC, cujo tema central foi *Florestan Fernandes – Obra e Vida*, realizado dia 23/06/2005, no auditório do CED/Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, Brasil, das 8:30 às 13:00 horas.

articulando-os à democracia e à cidadania. Para tanto, adverte Barroco (2006, p. 207):

... considerando que o cenário que se inscreve o processo de legitimação do projeto profissional conectado ao Código de 1993 é pleno de conflitos e desafios; seja em sua fundamentação teórico-filosófica, seja na sua dimensão prática, opera abertamente na contracorrente da conjuntura.

No que tange ao desafio atual para o Serviço Social, segundo a ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (2004, p. 79):

é o de uma tomada de posição ética e política que se insurja contra os processos de alienação vinculados à lógica contemporânea, impulsionando-nos a dimensionar nosso processo de trabalho na busca de romper com a dependência, subordinação, despolitização, construção de apatias que se institucionalizam e se expressam em nosso cotidiano de trabalho.

Nesta perspectiva, afirma a referida associação

O desafio maior com o qual nos defrontamos é o de avançarmos na consolidação e implementação do projeto profissional, inscrevendo seus princípios em nosso cotidiano de trabalho (ABEPSS, 2004, p. 79).

SILVA, M. I. The political organization of the Social Service in Brazil: from “Vargas” to “Lula”. *Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 16, n. 2, p. 267-282, 2007.

- *ABSTRACT: This article has the objective to rescue the historical construction of the process of political organization of the Social Service in Brazil, from its appearance in the “Vargas Era”, close to the Catholic Block, under European influence, through the Church and the North American tecnicism. The profession was strongly linked to the dominant classes, considering, therefore, that its political organization was incipient and inoperative, contributing, this way, to the logic of the production and reproduction of the capital. This scenery remains unaffected until March, 1979, III CBAS – Brazilian Congress of Social Workers, in São Paulo, known as the “congress of the turning”, when the category reaches another perspective, as a demonstration of resistance to the military dictatorship established in Brazil by the great capital in 1964, culminating in the rupture with the conservatism.*

*Highlight for the elaboration of the new academic curriculum, in 1982, whose central focus is the work category, making possible those professionals linking with the working class, still considering the close relationship of the category with PT. After the Federal Constitution of 1988, known as "Citizen Constitution", it accomplishes to stand out, as a historical mark, the elaboration of the ethical-political project, that is, the Code of Ethics of 1993, that regulates the professional exercise and the Curricular Guidelines for the academic formation, that is shown incompatible with the federal government of PT in the period after 2003.*

- **KEYWORDS:** *Social Service; Political Organization; Ethical-Political; Project; PT.*

## **Referências**

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação. In: *Serviço Social & Sociedade*. Ano XXV n. 79. São Paulo: Cortez, setembro de 2004, p.72-81.

ANTUNES, R. Desafios do P-Sol é dar densidade social ao projeto. Correio da Cidadania. São Paulo, abril, 2006. In: *Cultura socialista: os desafios da conjuntura, programa e a estratégia de construção do socialismo*. Florianópolis, n. 4, p. 39-50, Junho de 2006.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília/DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

\_\_\_\_\_. *Código de Ética Profissional do Assistente Social – CFESS*. Lei n. 8.662/1993 de regulamentação da profissão. 3. ed. Brasília, 1993.

IAMAMOTO, M. V. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica* / Marilda Villela Iamamoto; Raul de Carvalho. 3. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1985.

\_\_\_\_\_. O debate contemporâneo da Reconceituação do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo. In: IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998, p. 201-250.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1982, 165p.

\_\_\_\_\_. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64* / José Paulo Netto. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. In: *Serviço Social & Sociedade*. Ano XXV n. 79. São Paulo: Cortez, setembro de 2004, p.5-26.

SILVA, M. I. *A centralidade da categoria Trabalho e o Trabalho Docente Voluntário na UFSC*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, aprovada pela banca avaliadora em 24/agosto/2007, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

\_\_\_\_\_. *Estado & Sociedade Civil: Contribuições para a construção de uma perspectiva emancipatória*. Boletín Electronico Sura número 120, Escuela de Trabajo Social, Universidad de Costa Rica, 2006. Disponível <<http://www.ts.ucr.ac.cr>>.

SIMIONATTO, I. *Gramsci, sua teoria*. Influência no Brasil, incidência no Serviço Social. 3. ed. São Paulo/Florianópolis: Cortez/UFSC, 2004, v. 1, 235 p.